



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Ordinária Nº 5416, de 26/03/2025

PROCESSO Nº [00600-00002238/2024-87-e](#)

RELATOR(A) : Desembargador de Contas MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

1º REVISOR: DESEMBARGADOR DE CONTAS INÁCIO MAGALHÃES FILHO

2º REVISOR: DESEMBARGADOR DE CONTAS ANTONIO RENATO ALVES RAINHA

3º REVISOR: DESEMBARGADOR DE CONTAS PAULO TADEU VALE DA SILVA

EMENTA : Representação nº 2/2024 – G3P/ML, do Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal - MPjTCDF, Marcos Felipe Pinheiro Lima, abordando possível ilegalidade na nova redação dada pelo Decreto Distrital nº 45.422, de 16 de janeiro de 2024, ao Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023, que flexibilizou a exigência de que o “agente de contratação”, definido na Lei nº 14.133/2021, seja servidor público efetivo ou empregado público do quadro permanente da Administração.

DECISÃO Nº 1084/2025

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, que aderiu ao voto do 3º Revisor, Desembargador de Contas PAULO TADEU, seguido nesta assentada pelos 1º e 2º Revisores, Desembargadores de Contas INÁCIO MAGALHÃES FILHO e RENATO RAINHA, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Informação nº 96/2024 – Digem1/Segem (peça 21); b) do Parecer nº 666/2024-G3P (peça 25); c) dos demais documentos juntados aos autos; II – considerar: a) cumprido o Item II da Decisão nº 1637/2024; b) no mérito, procedente a Representação nº 2/2024-G3P/ML; III – determinar ao Sr. Governador do Distrito Federal, por intermédio de seu Gabinete – GAG, com fundamento no parágrafo único do art. 21 da Lei nº 13.655/2018, c/c o inciso X do art. 1º da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, que, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, adote as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ante a ilegalidade verificada da novel redação dada pelo Decreto Distrital nº 45.422/2024 ao Decreto Distrital nº 44.330/2023, que contraria o disposto na Lei nº 14.133/2021; IV – autorizar: a) a ciência desta decisão ao Representante, à Casa Civil do Distrito Federal – Caci/DF e ao Gabinete do Exmo. Governador do Distrito Federal; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento (Seacomp), para as providências pertinentes. A Desembargadora de Contas ANILCÉIA MACHADO deixou de atuar nos autos, com fundamento no § 1º do art. 153 do RI/TCDF c/c o § 1º do art. 145 do CPC.

Presidiu a sessão durante o julgamento do processo, o Desembargador de Contas MÁRCIO MICHEL. Votaram os Desembargadores de Contas MANOEL DE

ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e ANDRÉ CLEMENTE. Participaram o Auditor VINÍCIUS FRAGOSO e o representante do MPjTCDF, Procurador-Geral DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE.

SALA DAS SESSÕES, 26 de março de 2025

João Batista Pereira De Souza
Secretário das Sessões

Manoel Paulo De Andrade Neto
Presidente